

INFORMES SOBRE A CONJUNTURA

Subsídio para a direção

Fevereiro de 2019

APRESENTAÇÃO

Esse informe é resultado de um trabalho coletivo da assessoria da CUT que nas últimas quatro semanas tem se reunido sob a coordenação da Secretaria Geral, com vistas a três objetivos: subsidiar com informações os membros da Executiva Nacional da CUT; aprofundar debates de temas colocados pela conjuntura atual e prioritários na agenda da CUT e atender a demandas da direção da Central.

O resultado desse processo tem sido a elaboração de um boletim eletrônico semanal com as principais informações sobre os temas de interesse da agenda e a formulação desse breve relatório para a direção executiva ampliada, a título de contribuição ao debate.

Pretendíamos fazer um documento com uma estrutura mais analítica, mas o breve espaço de tempo nos impediu de ir além dessa formulação mais simples. Neste sentido é importante que as e os dirigentes da Executiva indiquem, a partir do já elaboramos até aqui, o que seria útil e de maior necessidade.

Alex Sgreccia - Assessoria da CUT

INFORMES SOBRE CONJUNTURA

1. Governo

Composição

Em artigo publicado na FSP (Tendências/Debates- 16/01/2019), o filósofo Renato Janine Ribeiro afirma que o governo Bolsonaro divide-se entre **extrema direita** e **direita autoritária**. A **extrema direita** tem os ministros que tratam de valores (Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente) e Relações Exteriores. É o DNA do presidente. Repudia a esquerda e a centro-esquerda que FHC articulou. Nenhum ministro extremista é respeitado fora da bolha bolsonarista.

A **direita autoritária** ficou com os superministérios da Economia e da Justiça. O empresariado e parte da imprensa apostam neles, fazendo vista grossa à extrema direita, que gera vergonha fora do país. Seus apoiadores esperam que Paulo Guedes produza crescimento econômico e que Sérgio Moro entregue algo que não sabe o que é, se a redução na corrupção, se a melhora na segurança pública.

Essas duas alas subdividem-se em seis grupos, com pesos diferentes na administração e influência distinta junto ao presidente: os militares, os liberais, os lavajatistas, os políticos, os evangélicos e os ideólogos e olavistas, que seguem as teorias do pensador e escritor Olavo de Carvalho, onde se insere e opera o núcleo familiar, composto pelos três filhos de Bolsonaro. Essa composição deu ao governo Bolsonaro um perfil autoritário e conservador e ao mesmo tempo liberal. Pela primeira vez a política de soberania internacional e de autonomia foi renegada e o governo optou pelo alinhamento subalterno ao governo dos Estados Unidos.

Chama atenção a presença dos militares em postos chave do governo, imprimindo-lhe um caráter próximo do que poderia ser chamado de civil-militar. De acordo com levantamento realizado até o momento, sua presença no governo federal alcança a soma de 81 postos, se contarmos a Presidência e a Vice-presidência da República. Dos 22 ministérios existentes, sete são comandados por militares: Secretaria de Governo, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministério da Defesa, Ministério da Infraestrutura, Ministério de Minas e Energia e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Entretanto, há pelo menos outros seis ministérios que contam com a presença de militares nos demais escalões ou órgãos vinculados (Incrá, Funai etc.): Secretaria Geral/PR, Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, Ministério da Economia, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Outra questão que chama a atenção do governo Bolsonaro é a composição de seu Ministério e do segundo escalão: quadros de pouca qualificação e pouquíssima experiência. Isso quando não se colocam como responsáveis opositores às políticas que deviam defender. Explicando melhor: um político vinculado a bancada do agronegócio como ministro do Meio Ambiente; um ex-deputado autor de projetos de desmatamento como responsável pelas florestas; uma Ministra que está suspeita de ter roubado crianças índias para adoção ilegal (inclusive em benefício próprio); uma Secretária da Mulher que se declara anti-feminista e anti-aborto e outros exemplos que diariamente tomamos conhecimento.

As conseqüências são imediatas. Por exemplo, a paralisação do Ministério da Educação, tendo em vista o corpo administrativo e técnico nomeado que não tem competência para lidar com uma estrutura muito grande e um dos maiores orçamentos da União.

Força relativa do governo

Pontos fortes -Sem dúvida o Presidente ainda desfruta de grande popularidade e conta, aparentemente, com uma base de apoio parlamentar para aprovar seu principal projeto, a Reforma da Previdência, graças à adesão de partidos como o PSDB e MDB, aproveitando-se ainda da divisão dentro da esquerda provocada pelo PC do B e o PDT. No entanto, essa base de apoio no Congresso continua desorganizada.

Pontos fracos -Apesar de já ter se indisposto com grandes canais de televisão, como a Globo e importante jornal como a Folha de SP, ainda consegue manter uma forte comunicação através da mídia e correntes de opinião religiosas, principalmente através da Record. Talvez por isso as denúncias de corrupção contra seu filho e sua esposa não tenham ainda causado estrago tão grande na sua imagem. Mas os vínculos com as Milícias, as crescentes tensões dentro de seu partido e entre seus aliados, atingidos por denúncias diárias de corrupção, vão minando as bases do Mito.

Base parlamentar

As eleições de 2018 impuseram a maior renovação nominal das últimas cinco eleições na Câmara Federal e no Senado. O Congresso Nacional foi renovado em 52,24% na Câmara dos Deputados e, em 85%, em relação as 54 vagas em disputa no Senado Federal.

Essa configuração do congresso, somada ao método pelo que se conformou o primeiro escalão do governo Bolsonaro, dá um maior protagonismo às chamadas bancadas informais na definição da agenda política do congresso, as quais tendem a extrapolar o posicionamento

apenas em torno dos temas aos quais estão relacionadas e incidir no posicionamento dos parlamentares-membro nos principais temas em de debate no congresso, inclusive pelo suporte político que várias delas vêm dando ao novo governo e que já foi aferido na eleição da Mesa Diretora da Câmara.

Do ponto de vista da esquerda ou de uma bancada comprometida com a defesa dos interesses da classe trabalhadora ocorre a manutenção relativa do tamanho que se verificou nas principais disputas dos últimos três anos. A bancada considerada de esquerda e centro esquerda, composta pelos deputados do PT, PSB, PDT, PC do B e PSOL conta agora com 134 parlamentares na Câmara. São parlamentares bem mais experientes, em comparação a bancada que se apresenta como linha de frente da defesa do governo Bolsonaro. No entanto, não está coesa.

2. Trabalho

O Governo Bolsonaro/Guedes demonstra profundo desprezo pelas necessidades e direitos da classe trabalhadora. Primeiro ocorreu a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, medida que nenhum Governo fez, desde que esta pasta foi criada nos anos de 1930. Com a extinção do MTE, as suas atribuições foram redirecionadas para outras pastas.

O **Ministério da Economia** ficou responsável pelas seguintes temáticas: Recursos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fundo de Amparo FAT; Inspeção do Trabalho; Geração de Emprego e Renda; Políticas para modernização do trabalho; Sanções previstas em normas legais ou coletivas; Política salarial; Formação e desenvolvimento profissional; Saúde e segurança no trabalho; Regulação do trabalho. Já o **Ministério da Justiça** ficou com a responsabilidade do Registro sindical e questões sobre Migração. O **Ministério da Cidadania** tratará de políticas relacionadas à Economia solidária. Vale ressaltar que os Conselhos Nacionais de elaboração e definição de políticas públicas também passaram para as pastas ministeriais que assumiram as atribuições do antigo TEM, enquanto em outras sociedades democráticas esses espaços continuam sendo geridos de forma tripartite. A fiscalização trabalhista, realizada pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego, passa por um processo de desmantelamento e queda no orçamento. Dada à ausência de posicionamento governamental, pode-se considerar que o desmantelamento da fiscalização trabalhistas está em sintonia com seu projeto de privilegiar os interesses de setores empresariais.

A carteira verde – amarela - Há intenção de criar dois regimes trabalhistas no país, sendo um deles a materialização da tal “carteira verde amarela” que prever, entre outros pontos, que jovens que ingressarem no mercado de trabalho possam aderir a um novo modelo de contrato, deixando de ter alguns direitos, entre os quais, férias e fundo de garantia por tempo de serviço. Em poucas palavras, é possível mencionar que o Governo pretende avançar sobre os direitos constitucionais, sobretudo os previstos no artigo 7º, modificando-os de maneira a torná-los mais flexíveis (palavra tão cara à agenda neoliberal) ou excluindo-os da Carta de

1988, movimento que exigirá resposta política e da jurídica, já que muitos juristas, consideram que o artigo 7º é um dos classificados como cláusula pétrea.

No que diz respeito às questões trabalhistas do serviço público, considerando o silêncio atual Governo, pode-se considerar que não haverá avanço, assim, como aconteceu no Governo de Michel Temer que vetou o Projeto Lei nº 3.815/2015, que instituía regras para a existência de negociação coletiva no âmbito do serviço público de todas as esferas de governo, regulamentando, pois, a Convenção nº 151, ratificada pelo Brasil no âmbito dos governos progressistas.

Aproveitando-se do panorama apontado pelo Governo Federal na esteira de flexibilização e retirada de mais direitos da classe trabalhadora, bem como na intenção de contribuir para o desmantelamento e posterior extinção do Judiciário Trabalhista, algumas empresas vêm atuando em sintonia com tais pressupostos. Um dos casos veio da montadora General Motors Mercosul que, por meio de chantagem, anunciou no dia 22/01 a possibilidade de fechar a planta de José dos Campos. Para convencer os trabalhadores e atropelar o sindicato lançou um panfleto colocando nas costas dos trabalhadores a responsabilidade de manter a empresa funcionando. No dia 06/02 a assembleia convocada pelo sindicato aprovou uma nova proposta e a GM desistiu, por exemplo, de aumentar a jornada de 40 para 44 horas semanais e adotar a terceirização irrestrita na fábrica. O acordo tem dez cláusulas que flexibilizam direitos e o compromisso de viabilização de um novo projeto para a fábrica de São José dos Campos. Ao mesmo tempo em que anunciou o lançamento de dois novos carros compactos na sua fábrica de Gravataí no Rio Grande do Sul, a GM apresentou aos operários daquela planta a mesma pauta de São José dos Campos. A reação foi imediata, após uma greve de três horas a empresa recuou e manteve o acordo coletivo vigente até 31/03.

Na resistência a tal descabimento em matéria de retirada de direitos nas várias dimensões, bem como à perda de soberania nacional com a venda de empresas estatais estratégicas ao país, o movimento sindical e demais entidades progressistas não deverão, ao que parece, não podem contar com apoio de setores do Estado brasileiro. O TST, em 11 de fevereiro, julgou a greve realizada por trabalhadores/as do sistema Eletrobrás, em junho de 2018, em virtude das privatizações de empresas do mencionado sistema, considerando-a “greve abusiva”. Foi acolhido, por 6 votos a 4, o argumento absurdo do Ministro Ives Gandra Martins Filho, para quem as *“greves não podem ter objetivos políticos não relacionados às relações de trabalho e protestar contra a privatização de estatais não é uma causa trabalhista”*¹. Foi contestado por outros membros do TST que afirmaram que os trabalhadores estavam lutando para manter o emprego.

¹Maiores informações, acessar: <https://www.conjur.com.br/2019-fev-11/greve-privatizacao-estatal-abusiva-define-tst>.

Reforma da Previdência

No dia 04 de fevereiro de 2019 surgiu na imprensa e em entidades vinculadas à discussão do tema uma suposta minuta do que seria uma reforma da previdência do governo JB. Mesmo após afirmações de membros do governo de que se tratava apenas de uma entre muitas alternativas de minuta, parece haver poucas dúvidas de que a direção da reforma pretendida está nesse material.

O texto “vazado” pode ser considerado ainda mais rígido do que a emenda aglutinativa (PEC 287A/2017) proposta pelo governo Temer. Com a justificativa de poder economizar até R\$ 1 trilhão em dez anos, número altamente questionável dado que se trata de algo com efeitos fiscais cumulativos e somente no médio e longo prazo, **o governo propõe dificultar o acesso ao sistema previdenciário, retardar o início da aposentadoria e reduzir os valores recebidos.**

A proposta vazada é especialmente negativa para mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, professores e professoras. Impõe novas regras para os Regimes Próprios (servidores públicos) e para o Regime Geral (trabalhadores/as da iniciativa privada) como aumento no tempo mínimo de contribuição, idade mínima de 65 anos, acaba com as diferenciações por gênero, dificulta a obtenção de aposentadorias integrais e acúmulo de benefícios, desvincula o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo e estabelece o modelo “fásico” (quanto menor a idade, menor o benefício) e possui ainda uma regra de transição restritiva.

A proposta mantém o regime de repartição, mas insere na Constituição a possibilidade de adoção do regime de capitalização com regras que serão definidas posteriormente através de Lei Complementar, facilitando sua implementação no futuro, sem necessidade de uma nova PEC (Projeto de Emenda Constitucional). Aliás, diversas modificações presentes na minuta serão detalhadas em Lei Complementar, para facilitar novas alterações futuras na Previdência Social.

Essa proposta se soma a MP 871/2019 que entrou em vigor no dia 18/01/2019. O governo alegou que esta medida tem como finalidade o combate às fraudes no INSS através de três programas: (1) Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, (2) Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade - Programa de Revisão e o (3) Programa Permanente de Revisão da Concessão e da Manutenção dos Benefícios do INSS. Esses programas colocam todos os trabalhadores como suspeitos, promovendo insegurança financeira para os beneficiários da previdência com prazos e requerimentos que dificultam a ampla defesa do segurado. Tem sido recorrente a denúncia do cancelamento de benefícios mesmo daqueles que têm direito, e também, em muitos casos, de auxílio doença os trabalhadores têm retornado ao seu local de trabalho sem condições físicas e emocionais para tal.

Além disso, a MP 871/2019 estabelece novas regras de carência, comprovação documental e prazos de requerimento para os benefícios têm como objetivo dificultar ou restringir o acesso

para pensão por morte, auxílio reclusão, licença maternidade, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria dos trabalhadores rurais.

É importante destacar também que seria necessário realizar uma recomposição das receitas da previdência. No entanto, a pesar do projeto prever a revisão das isenções para exportação, mudanças na base de contribuição sobre a folha de pagamento e novas regras para cobrança de dívidas junto à previdência, também prevê desoneração da folha de pagamento e a segregação contábil dos orçamentos da Saúde, Previdência e Seguridade Social.

Destaca-se ainda que seria necessário, antes de qualquer debate sobre a previdência, realizar a reforma tributária com regras progressivas, que respeite a capacidade contributiva de cada um e que reduza a carga tributária do consumo, ampliando a da renda e patrimônio, em que a sociedade debata como financiar os serviços públicos e o Estado.

Também não há medidas para melhorar as condições do mercado de trabalho (ampliação da formalização e dos salários), que contribuiriam positivamente para o financiamento do sistema previdenciário e da seguridade social. Ao contrário, inclui no debate a “carteira verde e amarela”, que reduz os direitos trabalhistas e, em decorrência disso, a contribuição para o fundo previdenciário.

3. Economia e Mercado de trabalho

Os investimentos e a demanda interna (um alimentando o outro) foram fundamentais para o avanço da economia até 2014. E são estes os dois indicadores que mais têm tido dificuldade de apresentar crescimento de forma mais consistente. Os investimentos ainda não recuperam as perdas de 2015-2016 e permanece em patamares reduzidos e a demanda interna segue reticente frente ao alto desemprego e redução da renda familiar.

Nesse cenário, a previsão é de crescimento do PIB entre 2% a 2,5% em 2019. É um crescimento positivo, mas insuficiente para retomar as perdas acumuladas durante a crise e para as características econômicas de um país como o Brasil. Para se ter uma ideia, as economias em desenvolvimento/emergentes irão crescer 4,2% esse ano (BM, 2019). Resta saber como o governo Bolsonaro e a mídia irão conseguir capitalizar esse crescimento ao longo do ano em sua propaganda de governo e, de outro lado, o quanto as condições materiais de vida da população vão pesar nas avaliações pessoais sobre o desempenho do governo.

Esse menor ritmo de crescimento, que deverá ser repetido nos próximos anos, se configura como uma economia de baixo crescimento, que vai se ajustando a este “novo normal” na ausência de maior sustentabilidade:

- A alta capacidade ociosa e incerteza, realimentado por juros reais altos, impede um aumento mais robusto do investimento privado na indústria;

- O cenário externo é de instabilidade, mas com revisões para baixo do crescimento mundial, o que deve conter um maior avanço no setor externo;
- Mercado de trabalho crescendo através da informalidade, o que impede uma retomada mais consistente da renda e da demanda interna;
- Deterioração fiscal (mesmo que em menor escala) e a política ortodoxa não auxiliam uma retomada pelo gasto governamental (crédito e investimentos).

A política econômica do governo Bolsonaro reforça esses elementos. É importante destacar que o governo Bolsonaro, apesar das denúncias e corrupção e crimes eleitorais, tem tido amplo apoio à sua política econômica vindo de setores empresariais e da mídia; esta última tem dado “blindagem” política a Paulo Guedes, em face de várias denúncias feitas contra ele até final de 2018. Ou seja, o ataque da mídia a Jair Bolsonaro está totalmente “descolado” da pauta econômica, que se tornou “mantra” e em hipótese alguma, deve ser modificado, seja quem for o presidente.

Alguns dos principais eixos de atuação econômica do governo Bolsonaro estão no documento “Metas nacionais prioritárias: agenda de 100 dias de governo” divulgada em janeiro de 2019 pelo governo Bolsonaro, que vai de encontro a toda pauta do setor empresarial, e principalmente do setor financeiro. Nesse documento podemos destacar:

- Os cortes de benefícios previdenciários (MP 871/2019) e a proposta de reforma da previdência (que seria um importante sinalizador para Bolsonaro garantir sua “aprovação” frente a setores importantes que apoiaram sua eleição);
- As ações para viabilizar as privatizações (incluindo uma proposta que pretende modificar legislação para privatizar partes do pré-sal no 3º tri 2019 e a venda de 10 terminais portuários);
- A independência do Banco Central;
- As medidas para redução do Estado e a desvinculação das despesas orçamentárias, com destaque para saúde e educação;
- Inserção econômica internacional: uma das primeiras ações foi à revisão tarifária do setor leiteiro, que causou críticas de empresários do setor que apoiaram Bolsonaro, que também prejudica milhares de pequenos produtores familiares, mas que tem apoio do grande capital, especialmente, o internacional e o setor de comércio e serviços.
- Medidas de revisão da tributação com caráter regressivo.

Nesse cenário, de baixo crescimento e de aprofundamento da desregulamentação, o mercado de trabalho segue ampliando a precarização.

O ano de 2018 se encerrou com uma taxa de desocupação de 11,6%, somando 12,2 milhões de trabalhadores, e uma taxa composta de subutilização da força de trabalho, que soma os

desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial (aqueles que não estão no mercado de trabalho como ocupados ou desocupados, mas estão em idade ativa) de 23,9%, ou seja, 26,98 milhões de pessoas que não têm uma oportunidade adequada de emprego.

As primeiras projeções para 2019 apontam que haverá um aumento no número de ocupados (as) e desocupados (as) em proporções semelhantes. Projeta-se que o crescimento da ocupação continuará a ocorrer a partir do emprego informal (que até o 4º trimestre de 2018 representava 45% dos trabalhadores ocupados²), com queda do assalariamento com carteira assinada. Por outro lado, o número total de desempregados poderá crescer devido ao aumento de pessoas que entram no mercado de trabalho ao longo do ano.

Nesse quadro, as projeções apontam para uma estabilidade da taxa de desocupação (desemprego) em 2019 em comparação a 2018.

As projeções para o mercado de trabalho são:

- Taxa média anual de desocupação em 2019: 12,2% (para 2018 este dado é de 12,2%), com um número estimado de 12,9 milhões desocupados em média no ano;
- Taxa de desocupação para dezembro de 2019: 11,8% (para dezembro de 2018 a projeção é de 11,4%);
- Projeções para o número de ocupados: aumento de 1,3% entre 2018 e 2019 (93.775 mil ocupados em dezembro de 2019);
- Ocupação com carteira assinada: queda de 1,2% entre 2018 e 2019, ampliando a informalidade.

4. Democracia

Pela primeira vez desde a redemocratização do país assume um governo que declaradamente se propõe a destruir os avanços em matéria de participação social, de direitos da cidadania, nas políticas sociais e culturais. Um governo que pretende aprofundar e ampliar o processo de destruição da previdência social e dos direitos trabalhistas básicos e fundamentais.

Dentre esses aspectos a questão jurídica assume um papel central. O processo da Lava Jato afetou profundamente a democracia brasileira. A condução coercitiva usada de maneira indiscriminada, à prisão temporária como forma de pressão, os acordos de delação como base de processos de acusação, o vazamento de informações e gravações a imprensa; a influência na opinião pública como instrumento de condenação; a prisão de réus julgados em primeira instância e principalmente as escandalosas partidarizações da Justiça comprometeram

² Empregados (com e sem carteira e estatutário), conta própria (com e sem CNPJ) e trabalhador familiar auxiliar. Pnad/IBGE, out/nov/dez, 2018.

seriamente o regime democrático e abriram as portas para o que estamos assistindo agora. A flexibilização do porte de arma, o aumento da violência policial e das milícias e agora o Projeto de Lei Anticrime apresentado pelo Ministro Sergio Moro.

O projeto, anunciado no dia 04 de fevereiro, propõe 14 alterações em leis como Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Crimes Hediondos, Código Eleitoral, entre outros. O projeto introduz no ordenamento jurídico do país uma “licença para matar” para os policiais, viola vários princípios da Constituição, aumentará o encarceramento e atingirá principalmente jovens pobres e negros das periferias. A proposta de campanha do próprio Bolsonaro, uma legítima defesa especial para policiais, foi materializada nesse projeto de lei que lhes assegura licença para matarem quando há conflito ou risco iminente de conflito, como prevenção de uma agressão. O PL prevê que “o juiz poderá reduzir a pena (do policial) até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. A chacina de 13 mortos nos morros de Santa Teresa e do Catumbi no Rio de Janeiro no dia 08 de fevereiro mostra os efeitos perigosos dessas mudanças na legislação.

Além de outros aspectos bastante questionáveis, o projeto Moro viola o artigo 5º da Constituição (cláusula Pétrea que não pode ser mudada nem por Emenda) institucionalizando a prisão depois da condenação em primeira instância.

Além dessas questões mencionadas, as mudanças na estrutura de governo, redução e/ou fusão de Ministérios e Secretarias, encobriram o corte das instâncias de consulta e participação antes existentes em praticamente todos os Ministérios. Praticamente sobraram somente os previstos em lei – Saúde, CODEFAT, FGTS. Assim, as entidades sindicais e sociais não têm informações do que está sendo proposto e decidido e não há nenhum espaço para apresentação de demandas específicas.

Nessa esteira, o governo adota medidas que materializam essa concepção de gestão e de mundo, a saber a primeira medida da ministra Damares, que foi a de suspender um contrato de 44,9 milhões da Funai.

Principais medidas de Bolsonaro que afetam diretamente a democracia e a estrutura de políticas sociais tomadas nos primeiros dias de governo:

- Reajusta o Salário Mínimo de R\$ 998,00 e não de R\$ 1006,00 conforme previsto;
- Edita a MP 870 cria cargos de articulação política do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional, que devem ser ocupados por deputados aliados do presidente que não se reelegeram nas últimas eleições;
- Extingue o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho;
- Extingue o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e passa suas atribuições para o Ministério da Cidadania, e exonera os principais quadros que elaboravam e desenvolviam a política de segurança alimentar;
- Promove o modelo de escolas “cívico-militares” nos sistemas de ensino municipais, no

Ministério da Educação. Extinguiu a SECADI Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), colocando em seu lugar a Secretaria de Modalidades Especializadas, que terá diretorias voltadas para pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas;

- Extingue a sigla LGBT entre as atribuições do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- Transfere a Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério da Justiça (MJ), para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, retirando-lhe suas principais atribuições. Além de esvaziar as funções legais do órgão de assistência aos povos e comunidades indígenas, transferiu para o Ministério da Agricultura, comandado por fazendeiros que fazem oposição aos direitos dos povos, a atribuição de realizar os estudos de identificação, delimitação, demarcação e registro de áreas requeridas pelos povos indígenas. Em suma, o governo decretou, em seu primeiro ato no poder, o aniquilamento dos direitos assegurados nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal;
- Edita MP que altera as regras da concessão da aposentadoria rural, auxílio-reclusão e pensão por morte, que sob o pretexto de combater supostas fraudes no sistema previdenciário, retira o poder dos sindicatos de trabalhadores rurais de validar os documentos necessários à concessão das aposentadorias, transferindo tal atribuição para as entidades de assistência técnica;
- Saída do Brasil do pacto de Migração;
- Política de Armamento.

5. Política Externa dos primeiros dias do Governo Bolsonaro

Mesmo com poucos dias de governo, já é possível afirmar que o traço mais marcante da política externa de Bolsonaro é a total submissão aos interesses norte-americanos. Na questão venezuelana, essa posição já se manifestou na decisão do Brasil, expressa na reunião do grupo de Lima, realizada no último dia 04 de janeiro, de não reconhecer o novo mandato presidencial de Nicolas Maduro. Em mais um episódio de subserviência explícita, o governo brasileiro anunciou, apenas alguns minutos depois do governo Trump, que reconhecia o presidente da Assembléia Nacional da Venezuela e líder da oposição, Juan Guaidó, presidente interino do país.

Em uma das suas primeiras medidas, o governo anunciou a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura da ONU, acordo assinado por mais de 160 países – inclusive o Brasil – que, entre outros pontos, estabelecia direitos mínimos para migrantes. O presidente chegou a anunciar, enquanto candidato, que cogitaria retirar o Brasil da ONU, mas depois esclareceu que na verdade sua proposta era de retirar o Brasil do Comitê de Direitos Humanos da ONU.

Além disso, anunciou que cogita criar um campo de refugiados em Roraima para receber os “refugiados” da Venezuela e que pedirá ajuda para a ONU.

Com relação ao Acordo de Paris a posição tem sido desencontrada. Durante o Fórum Econômico Mundial, Bolsonaro disse que por ora o Brasil não vai deixar o Acordo de Paris, promessa que havia feito na Campanha. Durante a campanha eleitoral, em setembro, Bolsonaro disse que, se eleito, poderia retirar o Brasil do Acordo de Paris. Além disso, por decisão do governo atual, o Brasil não sediará mais a COP 25 prevista para ocorrer este ano no Brasil. Com a tragédia de Brumadinho (MG), causada pelo rompimento da barragem da Mina do Feijão, deve crescer a pressão internacional sobre a política ambiental brasileira.

O Brasil continua na lista curta de países que não cumprem as resoluções da Organização Internacional do Trabalho – OIT fruto da reforma trabalhista que comprometeu as negociações coletivas e foi elaborada sem consulta aos trabalhadores. Os peritos da OIT recentemente reiteraram o pedido para que o governo brasileiro revise os artigos 611A e 611B da lei da reforma trabalhista.

Mercosul - Sobre a nossa região, Bolsonaro já anunciou que pretende despolitizar o Mercosul, focar mais nas relações comerciais e reduzir a Tarifa externa Comum. Os planos de Guedes é transformar o Mercosul em uma simples área de livre comércio, semelhante ao Nafta

De toda a forma, como já era esperado, as consequências da errática política externa de Bolsonaro não tardaram a chegar. A Arábia Saudita barrou a importação de carne de frango de 5 dos 30 frigoríficos do Brasil que forneciam para o país. O mercado saudita é o maior comprador desse produto brasileiro. A medida foi considerada como o primeiro movimento de retaliação após o anúncio da transferência da embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

O governo Bolsonaro está alinhado ao governo Trump na disputa com a China pelo controle do Petróleo da Venezuela, na tentativa de impedir que a Rússia e a China disputem a hegemonia estadunidense, onde pode jogar importante papel a América do Sul (já que são fortes os investimentos da China na Ásia e África). E através do Filho n. 2 o governo Bolsonaro participa diretamente das articulações da extrema direita na tentativa de criar uma nova hegemonia global. Ao mesmo tempo, o país Brasil, está fora do cenário político internacional e não resta nada da ativa política externa construída pelo governo Lula.

5 - Política Externa dos primeiros dias do Governo Bolsonaro

Mesmo com poucos dias de governo, já é possível afirmar que o traço mais marcante da política externa de Bolsonaro é a total submissão aos interesses norte-americanos. Na questão venezuelana, essa posição já se manifestou na decisão do Brasil, expressa na reunião do grupo de Lima, realizada no último dia 04 de janeiro, de não reconhecer o novo mandato presidencial de Nicolás Maduro. Em mais um episódio de subserviência explícita, o governo brasileiro anunciou, apenas alguns minutos depois do governo Trump, que reconhecia o

presidente da Assembléia Nacional da Venezuela e líder da oposição, Juan Guaidó, presidente interino do país.

Em uma das suas primeiras medidas, o governo anunciou a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura da ONU, acordo assinado por mais de 160 países – inclusive o Brasil – que, entre outros pontos, estabelece direitos mínimos para migrantes. O presidente chegou a anunciar, enquanto candidato, que cogitaria retirar o Brasil da ONU, mas depois esclareceu que na verdade sua proposta era de retirar o Brasil do Comitê de Direitos Humanos da ONU. Além disso, anunciou que cogita criar um campo de refugiados em Roraima para receber os “refugiados” da Venezuela e que pedirá ajuda para a ONU.

Com relação ao Acordo de Paris a posição tem sido desencontrada. Durante o Fórum Econômico Mundial, Bolsonaro disse que por ora o Brasil não vai deixar o Acordo de Paris, promessa que havia feito na Campanha. Durante a campanha eleitoral, em setembro, Bolsonaro disse que, se eleito, poderia retirar o Brasil do Acordo de Paris. Além disso, por decisão do governo atual, o Brasil não sediará mais a COP 25 prevista para ocorrer este ano no Brasil. Com a tragédia de Brumadinho (MG), causada pelo rompimento da barragem da Mina do Feijão, deve crescer a pressão internacional sobre a política ambiental brasileira.

O Brasil continua na lista curta de países que não cumprem as resoluções da Organização Internacional do Trabalho – OIT fruto da reforma trabalhista que comprometeu as negociações coletivas e foi elaborada sem consulta aos trabalhadores. Os peritos da OIT recentemente reiteraram o pedido para que o governo brasileiro revise os artigos 611A e 611B da lei da reforma trabalhista.

Mercosul - Sobre a nossa região, Bolsonaro já anunciou que pretende despolitizar o Mercosul, focar mais nas relações comerciais e reduzir a Tarifa Externa Comum. Os planos de Guedes é transformar o Mercosul em uma simples área de livre comércio, semelhante ao Nafta

De toda a forma, como já era esperado, as consequências da errática política externa de Bolsonaro não tardaram a chegar. A Arábia Saudita barrou a importação de carne de frango de 5 dos 30 frigoríficos do Brasil que forneciam para o país. O mercado saudita é o maior comprador desse produto brasileiro. A medida foi considerada como o primeiro movimento de retaliação após o anúncio da transferência da embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

O governo Bolsonaro está alinhado ao governo Trump na disputa com a China pelo controle do Petróleo da Venezuela, na tentativa de impedir que a Rússia e a China disputem a hegemonia estadunidense, onde pode jogar importante papel a América do Sul (já que são fortes os investimentos da China na Ásia e África). E através um dos filhos de Bolsonaro, o governo participa diretamente das articulações da extrema direita na tentativa de criar uma nova hegemonia global. Ao mesmo tempo, o país Brasil, está fora do cenário político internacional e não resta nada da ativa política externa construída pelo governo Lula.